

# Resultados do ensino em tempo integral vão além da educação

» MENDONÇA FILHO

Deputado federal. Foi ministro da Educação e governador de Pernambuco

O último Censo Escolar, publicado em fevereiro deste ano pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelou que o ensino médio integral tem crescido em todos os estados. De acordo com o relatório, em 2022, foram 1.262.051 matrículas integrais (19,1%); em 2023, o número passou para 1.288.967 (20,1%), equivalente a um aumento de quase 27 mil inscrições.

Conheço e acredito na educação integral desde o começo de sua implementação no estado de Pernambuco. Em 2004, no governo Jarbas Vasconcelos e Mendonça Filho, foi criada a primeira escola integral no estado, o Ginásio Pernambucano. Naquele momento, Pernambuco ocupava a 22ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Após uma década de implantação da política, o estado saltou para o primeiro lugar no ranking e continua entre os três melhores até hoje, com mais de 70% de escolas integrais de ensino médio. Atualmente, essas instituições de ensino somam 200 mil matrículas integrais, equivalente a 68% da rede estadual, conforme afirma o Censo.

Em agosto de 2023, celebramos a sanção da Lei nº 14.640, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, um marco em que tive a oportunidade de atuar como relator na Câmara dos Deputados. O

principal objetivo desse programa é justamente ampliar as matrículas de educação integral em todas as etapas do ensino básico, desde a creche até o ensino médio, que será realizado por meio de apoio técnico e financeiro a estados e municípios. Tal medida tem se mostrado urgente, uma vez que o Brasil está longe de atingir a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, que busca assegurar 50% das escolas e 25% das matrículas no modelo integral até 2024.

A relevância dessa meta não surge por acaso, pois educadores e gestores concordam: educação integral é um caminho necessário para melhorar a qualidade da educação em nosso país. Pesquisas realizadas pelo Instituto Sonho Grande, em Pernambuco, apontam que as chances de ingressar no ensino superior são maiores para estudantes formados em escolas integrais, bem como que professores do ensino médio integral estão mais satisfeitos com sua carreira e com as condições de trabalho.

Os resultados extrapolam o campo educacional, contribuindo para a solução de desafios urgentes, como a violência. Estudo do Instituto Natura aponta redução de até 50% nas taxas médias de homicídios de jovens entre 15 e 19 anos em Pernambuco, resultado direto da expansão das escolas integrais. Adicionalmente, pesquisa de opinião do Datafolha evidenciou que estudantes do ensino médio integral

consideram suas escolas mais seguras do que aquelas de escolas regulares.

O modelo integral transformou a educação pernambucana para melhor e, agora, vai trazer avanços para todo o Brasil. Para tanto, é fundamental implementar uma política pública estruturada e coordenada pelo Ministério da Educação. Por meio do Programa Federal de Ensino Médio em Tempo Integral, criado durante nossa gestão como ministro, o ensino médio integral se capilarizou por todo o país porque garantimos apoio técnico e financeiro aos gestores. Agora, com o Programa Escola em Tempo Integral, o objetivo é assegurar a educação integral em todas as etapas de ensino, nos diversos estados e municípios.

É preciso salientar que, para que a educação integral gere resultados, é necessário ir além da mera expansão das horas de aula: um currículo integrado e integral é fundamental. Isso significa uma escola centrada no protagonismo do estudante, em que as aulas e atividades oferecidas durante o tempo adicional estejam em linha com um projeto pedagógico que preza pelo desenvolvimento acadêmico, cognitivo e socioemocional dos estudantes.

É nesse modelo de educação integral que acredito, e é essa abordagem que gera resultados tangíveis. Agora, com o Programa Escola em Tempo Integral, estamos diante da oportunidade de transformar vidas e potencializar a trajetória de estudantes por todo o país.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Para o bem geral

Existe hoje uma crise séria na forma de subocupação ou sublocação de edifícios corporativos. Por toda a parte das cidades, se observa, seja aqui no Brasil, em Brasília ou em muitas partes mundo afora, o fenômeno do esvaziamento de prédios inteiros. Ele nos apresenta uma nova realidade que, ao que parece, ainda não conseguimos entender em sua extensão, e, pior, resolver esse problema que ameaça muitos centros urbanos, inclusive a própria capital do país.

Depois da pandemia, esse problema ganhou ainda mais visibilidade. No nosso caso em particular, para onde quer que você olhe no centro do Plano Piloto, são inúmeros os edifícios totalmente desocupados. Esse é um problema que deve merecer atenção de todos. Não só dos empresários e donos desses prédios comerciais e corporativos, mas de todas as autoridades, pois essa situação anômala ameaça a economia local, além de representar uma dor de cabeça para a segurança da cidade.

Por sua extensão, essa questão deveria merecer maior atenção do Legislativo local, na forma de audiência pública, debates, CPI e outros instrumentos. O que não se pode ignorar é um problema que parece aumentar com o passar do tempo. Não fossem as instituições públicas, bancos e outras empresas de grande porte que ainda ocupam esses edifícios, instalando ali seus serviços e reparações, o problema seria ainda mais grave.

Para complicar uma situação que, em si, aponta diretamente para a decadência precoce de nossa cidade, não se tem, por parte do poder público, um levantamento com o número exato de edifícios fantasmas. É preciso entender que essa situação, por suas características próprias, não pode ser empurrada para frente sem uma definição correta e racional.

Edifícios, quando deixados vazios ou sem a utilização para a qual foram projetados, rapidamente entram em processo de degradação, transformando-se em mais um problema. Lembrando aqui que, neste mesmo espaço, tempos atrás, foi descrito o fenômeno conhecido por “teoria das janelas quebradas”, a qual constata que a degradação de um bem ou mesmo o aumento da criminalidade começa de forma pequena, com uma janela quebrada, pichações, pequenos delitos e outros processos contra a lei que, quando não reprimidos logo de início, crescem, transformando-se em verdadeira calamidade pública, agora já de difícil solução.

Não vai passar muito tempo até que moradores de rua ou malfetores e viciados impulsioneados por oportunistas e sabichões passem a promover a ocupação desses imóveis, como aconteceu no antigo hotel Torre Palace, ocupado por desordeiros e drogados, degradando toda uma área nobre da capital, com sérios reflexos para o turismo local, para os comerciantes e para todos que circulavam naquela área.

Por certo, o fenômeno do teletrabalho, em que muitos profissionais passaram a produzir diretamente de casa, também contribuiu para o esvaziamento de muitos edifícios. Mas essa é uma tendência mundial e local que, por suas características positivas tanto na vida do trabalhador, como para a economia das empresas e instituições, veio para ficar e deve ser, inclusive, incentivada.

Também a interligação dos serviços de computação a redes e mídias em geral criou o que os especialistas chamam de “não lugar”, no qual já não existe a necessidade de trabalhar em um ponto geográfico específico, bastando ao trabalhador e ao profissional terem em mãos um pequeno laptop com acesso à rede laboral.

Trata-se de um novo tempo. No entanto, essa modernidade toda, com suas facilidades, não pode, de modo algum, trazer problemas e prejuízos para o presente, sob pena de melhorarmos um aspecto específico de nossas vidas à custa da piora de outros fatores. É preciso pensar com criatividade e para o bem geral.

## Hidrogênio para quê?

» CARLOS FARIA

Diretor-presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace)

Desde que o hidrogênio de baixas emissões passou a ser considerado uma alternativa técnica e economicamente viável para a redução das emissões de gases de efeito estufa, o mundo se voltou ao Brasil. A alta participação das fontes renováveis de energia na nossa matriz elétrica e o enorme potencial ainda não explorado de energia solar e eólica, entre outras, indicam que o país tem excelentes condições de fornecer o “ouro verde” para descarbonizar processos industriais, geração de energia elétrica e até mesmo transportes em países hoje maciçamente dependentes de combustíveis fósseis.

Não param de surgir novas evidências nessa direção. Uma das mais recentes foi estudo da BloombergNEF (BNEF) que indica que, até 2030, o Brasil poderá produzir o hidrogênio verde mais barato do mundo, ao custo de US\$ 1,45 por quilo. Conforme a consultoria, o estudo considera os métodos mais competitivos de geração de hidrogênio verde de acordo com as características de cada país. Nesse sentido, no caso brasileiro a melhor alternativa seria a combinação da energia eólica terrestre com sistemas de eletrólise alcalina. O estudo também estipulou que o país vai

“desbloquear seu potencial” nessa área com a instalação de 3,8 GW de projetos até 2030.

Em paralelo a esse otimismo em torno do recurso nacional, estados com boas condições para ampliar a oferta de energia limpa e relativamente próximos da Europa têm se dedicado ao desenvolvimento de projetos na área, atraindo investidores para todas as etapas da cadeia. Mas, por mais que garanta resultados de curto prazo nesses locais, essa pressa para ocupar o posto de protagonista do novo energético pode custar caro para o país!

A desindustrialização do Brasil não é de hoje. Além da redução na participação do PIB, nas últimas décadas observa-se uma diminuição na complexidade da nossa pauta de produtos. Ou seja, vendemos cada vez mais commodities de custo relativamente baixo e menos produtos de maior valor agregado, que proporcionariam melhores resultados para a balança comercial e geração de riquezas para o país.

O custo excessivo da energia está entre as principais razões desse fenômeno, uma vez que reduz a competitividade da nossa produção. Hoje, seguimos na nossa frente no comércio internacional países que, embora muito

menos beneficiados pela diversidade e pela qualidade dos nossos recursos energéticos, optam por priorizar aqueles setores que possuem em favor do seu próprio desenvolvimento, por meio, por exemplo, de políticas públicas voltadas ao setor produtivo.

Nesse contexto, o entusiasmo em torno da perspectiva de o Brasil se colocar entre os principais players da indústria global fornecedora de hidrogênio de baixas emissões será um novo golpe na nossa competitividade industrial. Afinal, a energia limpa e competitiva que o Brasil pode produzir tem de ser destinada justamente à recuperação da nossa produção, agora num outro patamar. Isso passa, inclusive, pelo uso desses recursos como fatores de atratividade de novos investimentos industriais, e não simplesmente para abastecerem fábricas em outros países.

As vantagens dessa alternativa iriam muito além da recuperação da produção doméstica: com um “selo verde”, nossos produtos devem ter espaço entre os itens de maior valor agregado no comércio internacional, substituindo justamente aqueles que, caso nos limitemos à exportação do novo energético limpo, serão produzidos além-mar com o nosso hidrogênio.

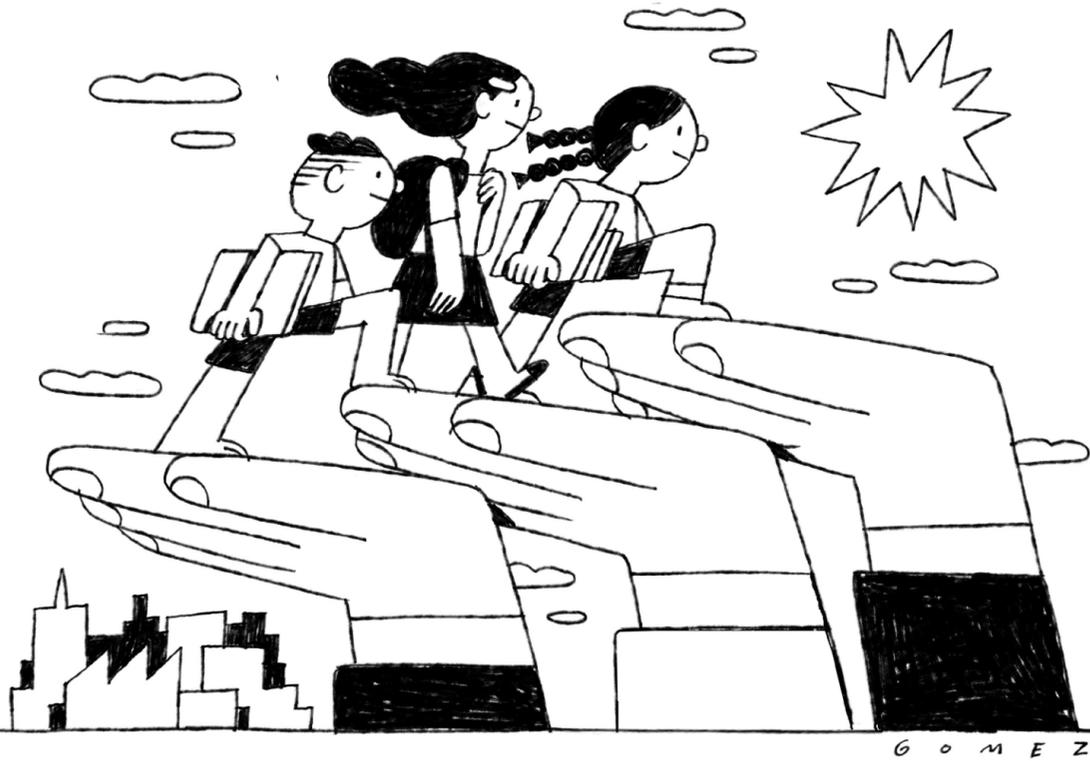
### » A frase que foi pronunciada

“A única coisa que importa é o resultado da sua equipe. Ao liberar o controle sobre quando e onde alguém trabalha e focar apenas nos resultados, você criará espaço para sua equipe ser criativa, encontrar novas maneiras de fazer as coisas com mais rapidez e construir uma cultura mais forte.”

Mitko Karshovski, fundador da Remote Insider

### » História de Brasília

Ao que parece, e aí a informação não é carregada de certeza, o IAPFEST teria desviado este dinheiro para outras obras, e por isto as superquadras 104 e 304 estão como todo mundo sabe: reduzidas a um canteiro. (Publicada em 6/4/1962)



G O M E Z